

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

JARDIELE SILVA COSTA

O DIREITO À PERMANÊNCIA ESCOLAR COM QUALIDADE: analisando algumas
Narrativas

CODÓ-MA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

JARDIELE SILVA COSTA

O DIREITO À PERMANÊNCIA ESCOLAR COM QUALIDADE: analisando algumas
Narrativas

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade
Federal do Maranhão, Campus VII - Codó, como
requisito para obtenção de grau em Licenciatura em
Pedagogia.

Aprovada em _____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma Lucinete Fernandes Vilanova – Orientadora
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa - 1º Avaliador
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profa. Dra. Laiz Mara Meneses Macedo - 2º Avaliadora
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

AGRADECIMENTOS

É com imenso prazer e extrema satisfação que escrevo esses agradecimentos, primeiro lugar quero agradecer a Deus, pois sem Ele não teria forças e capacidade para chegar até aqui, foram momentos difíceis onde queria desistir, parar no meio da caminhada, pois, tinha muito medo de não conseguir, mas hoje estou aqui, graças a Ele.

Quero agradecer também minha família que sempre me apoiou, que sempre esteve do meu lado me dando forças para continuar.

Tenho também pessoas maravilhosas ao meu lado como minhas amigas, amizades que ganhei dentro da instituição, que sempre me deram apoio para continuar. Uma pessoa em especialmente que agradeço muito é a minha amiga Valéria, pois, muitas vezes me apoiou nos estudos.

Meus agradecimentos também vão para minha orientadora, professora mestra Lucinete Fernandes Vilanova, que esteve junto comigo nesse projeto, que deu todo apoio para chegar até aqui, uma pessoa maravilhosa, uma excelente professora que tive o privilégio em ter como orientadora dentro da UFMA.

A UFMA para mim foi um grande desafio, mas se não fosse um desafio não seria uma instituição tão grande como ela é, desafio esse que passei de cabeça erguida, foram muitas experiências vividas e são experiências cheia de altos e baixos, que irei levar para sempre comigo, tive excelentes professores no percorrer do caminho, aprendi muito com todos eles. É como dizem por aí “dias de lutas, dias de glória” ainda haverá dias de luta, porém, neste momento estou vivendo os dias de glória.

Finalizando minhas palavras, eu só tenho de agradecer por tudo e a todos os momentos que a UFMA me proporcionou até o presente momento, levarei para sempre comigo cada ensinamento, cada aprendizado que pude adquirir com cada um.

Muito obrigada!

Silva Costa, Jardiele. O DIREITO À PERMANÊNCIA ESCOLAR COM QUALIDADE :

analisando algumas narrativas / Jardiele Silva Costa. 2024. 26 f.

Orientador(a) : Profa. Ma. Lucinete Fernandes Vilanova.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2024.

1. Permanência. 2. Educação Básica. 3. Qualidade. 4.

Escola. 5. Estudante. I. Vilanova, : Profa. Ma. Lucinete Fernandes. II. Título.

O DIREITO À PERMANÊNCIA ESCOLAR COM QUALIDADE: analisando algumas Narrativas

Resumo: A pesquisa visa investigar sobre o Direito à permanência com qualidade na educação básica. O estudo tem como objetivo geral compreender como a política de acesso pode contribuir para a permanência com qualidade dos estudantes da educação básica. Como objetivos específicos, elencamos: entender a relação existente entre a política de acesso e política de permanência educacional; identificar os impactos da educação para a qualidade social; analisar a partir de algumas narrativas quais os fatores interferem na continuidade dos estudos na educação básica. O método de pesquisa a ser utilizada foi a narrativa, que considerou a abordagem qualitativa e fundamentou-se na pesquisa bibliográfica. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista estruturada aplicada com cinco participantes. De forma abordarmos estudos sobre o direito ao acesso e à permanência educacional e a relação entre Educação e qualidade social, nos fundamentamos em autores como: Vidal (2020); Freire (2007); Araújo e Cassini (2017); Savianni (2013); Brasil (1988, 1990, 1996, 2013); Oliveira e Araújo (2003), Belloni (2003), dentre outros. Podemos perceber a partir dos estudos realizados que o direito à educação consiste em uma luta histórica, que a política de acesso não garante a política de permanência com qualidade, esta muitas vezes estão a serviço da manutenção da ordem social vigente e naturalização de problemas sociais. Apesar de ambas se constituírem como instrumentos de garantia de Direito Subjetivo, ainda tem contribuído muito para os interesses da sociedade capitalista e para a reprodução das desigualdades sociais. A partir das narrativas analisadas, contatamos que alguns dos fatores que contribuem para os participantes não concluírem a educação básica são as baixas condições econômicas, vulnerabilidade social, gravidez precoce, falta de acompanhamento dos pais nos estudos, trabalhar para ajudar na renda familiar, cuidar dos irmãos mais novos.

Palavras-chave: Permanência. Educação Básica. Qualidade. Escola. Estudante.

Abstract: The research aims to investigate the Right to quality permanence in basic education. The study's general objective is to understand how the access policy can contribute to the quality permanence of students in basic education. As specific objectives, we list: to understand the relationship between the access policy and the educational permanence policy; to identify the impacts of education on social quality; to analyze, based on some narratives, which factors interfere in the continuity of studies in basic education. The research method to be used was the narrative, which considered the qualitative approach and was based on bibliographic research. The instrument used for data collection was the structured interview applied to five participants. In order to address studies on the right to access and educational permanence and the relationship between Education and social quality, we based ourselves on authors such as: Vidal (2020); Freire (2007); Araújo and Cassini (2017); Savianni (2013); Brasil (1988, 1990, 1996, 2013); Oliveira and Araújo (2003), Belloni (2003), among others. We can see from the studies carried out that the right to education is a historical struggle, that the access policy does not guarantee the quality retention policy, which is often at the service of maintaining the current social order and naturalizing social problems. Although both constitute instruments of guaranteeing Subjective Rights, they have still contributed greatly to the interests of capitalist society and to the reproduction of social inequalities. Based on the narratives analyzed, we found that some of the factors that contribute to participants not completing basic education are low

economic conditions, social vulnerability, early pregnancy, lack of parental support in studies, working to help with the family income, taking care of younger siblings.

Keywords: Retention. Basic Education. Quality. School. Student.

Considerações iniciais

A educação é um direito fundamental das pessoas, previsto em diferentes instrumentos jurídicos ao redor do mundo, inclusive na Declaração dos Direitos do Homem. No Brasil, ela é assegurada pela Constituição, sendo dever do Estado garantir o acesso.

A educação é reconhecida como essencial para o pleno desenvolvimento do sujeito e enquanto porta de acesso aos demais direitos, torna-se obrigatória em um Estado de Direito Democrático.

[...] o direito à educação ocupa papel central no âmbito dos direitos humanos. É indispensável ao desenvolvimento e ao exercício dos demais direitos. Por dar acesso a outros direitos, ele se mostra, portanto, um instrumento fundamental, por meio do qual adultos e crianças marginalizados, econômica e socialmente, podem emancipar-se da pobreza e obter os recursos necessários à sua plena participação no meio social (Raniere, 2009, p.9).

O acesso à educação sempre foi motivo de grande discussão na sociedade, é notório ainda vê crianças e adolescentes fora da sala de aula. São diversos fatores que levam a esse problema, na maioria das vezes são as próprias condições da criança que a deixa de fora do direito de estudar.

O direito à educação básica é um fator fundamental na sociedade Independentemente de cor, raça, origem entre outros fatores sociais. Com o direito à educação é possível permitir as pessoas a terem acesso aos outros direitos, pois é através do ensino que formamos pessoas para a sociedade, as crianças e os adolescentes são o futuro de nossa sociedade, são os futuros professores, médicos, políticos.

O fracasso escolar é um problema presente no contexto educacional, contudo, nem sempre identificar os fatores que levam os estudantes a abandonarem a escola tende a contribuir com questões relacionadas à permanência, para além dos aspectos descritivos é preciso avançar em prol dos propositivos, de forma a termos alguma perspectiva para dar da complexidade e multiplicidade que envolve a questão.

Pensar sobre a permanência, ao invés de na evasão, é pensar nas possibilidades de sucesso, é valorizar o que está dando certo. Quando se muda o olhar do que falta para o que se tem, novas concepções serão apontadas e novos operadores educacionais serão visibilizados para maior compreensão do atual panorama da educação. A preocupação em melhor definir ou delimitar os aspectos implicados no permanecer na escola anuncia mudanças no modo de refletir sobre a evasão e o fracasso escolar (Carmo e Carmo, 2024).

A motivação pelo tema se deu a partir de minhas vivências escolares até aqui, todas as dificuldades que já enfrentei, como ainda, a convivência com pessoas que por vários motivos, não conseguiram concluir seus estudos, afinal, esse Direito lhe foi negado, como o de muitos e muitas pessoas.

Diante do exposto constituiu-se questão problema dessa pesquisa: em que medida a política de acesso contribuiu para o ingresso e a permanência com qualidade dos estudantes na educação básica?

De forma a responder à questão problema, estabelecemos como objetivo geral: Compreender como a política de acesso pode contribuir para a permanência com qualidade dos estudantes da educação básica. Desdobramos o objetivo geral nos seguintes objetivos específicos: entender a relação existente entre a política de acesso e política de permanência educacional; identificar os impactos da educação para a qualidade social; analisar a partir de algumas narrativas quais os fatores interferem na continuidade dos estudos na educação básica.

Buscamos em um primeiro momento apresentar os caminhos metodológicos seguidos para o desenvolvimento desse estudo. Em seguida trazemos algumas reflexões iniciais sobre o direito ao acesso e à permanência educacional.

Prosseguimos, discutindo em relação ao direito ao acesso e a permanência à Educação a partir da legislação brasileira. Nos propomos a investigar sobre a relação entre Educação e qualidade social, e por fim, analisamos as narrativas de alguns participantes sobre sua trajetória escolar e as influências dessas experiências para a garantia do direito à permanência educacional.

Percorso metodológico

A fim de compreender a temática acerca do Direito à permanência escolar com qualidade, esse trabalho se apoia em narrativas de participantes que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na educação básica, seja pela falta de acompanhamento dentro das escolas, ou outros motivos que os levaram a desistir da sua trajetória escolar.

O método de pesquisa a ser utilizada é a narrativa, a narrativa pode ser baseada em relatos escritos ou falados, ou também em representações visuais do indivíduo, vai reunir história sobre determinado assunto, trazendo-os para uma determinada discussão. Existem várias formas de dizer o que é de fato uma narrativa, uma narrativa pode ser fatos existentes, histórias relatadas, histórias fictícias, entre outros exemplos, a narrativa circula em todos os acontecimentos já registrados, sejam eles orais, escritos e visuais.

[...] a narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência. Experiência é o que estudamos, e estudamos a experiência de forma narrativa porque o pensamento narrativo é uma forma-chave de experiência e um modo-chave de escrever e pensar sobre ela (Clandinin; Connelly, 2015, p. 48).

Dessa forma, foi realizada uma análise a partir de material coletado a partir de entrevista realizada com 05 participantes familiares de colegas minhas do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó.

O trabalho apresenta uma descrição analítica dos fatos levantados nos relatos em correspondência com a literatura pesquisada. Adotamos, portanto, uma metodologia qualitativa, que de acordo com Neves (2020) é possível destacar que a abordagem qualitativa do problema, considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números e, portanto, deve-se buscar compreensão sobre os significados das relações existentes na sociedade.

Nessa perspectiva, para que se realize uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, torna-se necessária lançar mão da pesquisa bibliográfica a partir de diferentes documentos/fontes. Assim, o pesquisador pode compreender melhor sobre a realidade dos participantes, a partir de observações e aplicação de entrevistas com os envolvidos.

A respeito da pesquisa bibliográfica, (Gil, 1994 apud Lima; Mioto, 2007, p. 40) discute que a mesma “[...] possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”.

Optamos pela entrevista estruturada a partir de três questionamentos feitos aos participantes da pesquisa, a saber: ”O que levou você a desistir dos estudos? ” “Qual foi a maior dificuldade encontrada dentro da escola? ” “Fale um pouco de sua trajetória dentro do ambiente escolar, como era o dia-a-dia dentro da sala de aula, conte um pouco como era o espaço escolar que você estudava”. Para Bourdieu (1999), para se obter uma narrativa natural muitas vezes não

é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembe parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado.

Os participantes da pesquisa serão identificados pelos seguintes códigos: P1, P2, P3, P4 e P5, a fim de proteger suas verdadeiras identidades. A entrevista foi realizada durante o mês de abril, sendo agendada previamente e realizada presencialmente com cada participante.

,

Algumas reflexões iniciais quanto o direito ao acesso e à permanência educacional.

A Era Vargas representou um marco na história do Brasil, em especial por inúmeras mudanças e modernizações ocorridas no período. A necessidade de romper com concepções e estruturas tidas atrasadas e perspectiva de um país industrializado e moderno acabaram por influenciar os contextos social, político e econômico.

O Governo Provisório visava a reorganização da vida política e econômica do país. Nesse momento, muitos fatos foram responsáveis por um processo de centralização de poder: anulação da Constituição de 1891, fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos. A partir daí, Vargas passaria a governar por meio de decretos-lei.

Nesse contexto da década de 1930, tem-se a criação pelo governo Vargas do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931 a implantação da Reforma de Francisco Campos, que visou a organização do ensino e secundário e o superior. Nesse momento é criado o Conselho Nacional de Educação que determinou o currículo em séries e estabeleceu a obrigatoriedade da frequência. Em 1932, ocorre o Manifesto Brasileiro de 1932, considerado um fato histórico importante da Educação como um dos principais instrumentos difusores do movimento da Escola Nova no país (Ribeiro, 2011).

A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização das normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da Psicologia Experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual (Vidal, 2000, p. 498).

Tem-se aqui, uma nova fase para a educação, mudanças surgem para reformar a dinâmica da escola. O centro do processo que antes era o professor, passa a ser o aluno, os estudos em Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem influenciam as concepções pedagógicas e

todo o processo educativo, “estender para todo o território nacional as condições materiais e técnicas da escola das massas era o grande desafio que associava as largas dimensões do Brasil à sua diversidade cultural e populacional” (Vidal, 2000, p. 514).

Entre os principais focos do manifesto da “educação nova” estão a escola pública gratuita, responsabilidade da educação passa a ser do Estado, escola integral, relação entre escola, trabalho e vida, e entre outros.

No início, o movimento responsável em reformar a sociedade, foi alvo de críticas pela Igreja Católica, que naquela época era uma forte concorrente do Estado em relação à educação e sua maneira de educar a população. Para a Igreja, a educação moral do povo brasileiro deveria ser de sua exclusiva competência. Tratavase, para os católicos, “de um esforço político, patriota, uma vez que colaborando para a pureza dos costumes, estaria formando homens úteis e conscientes, com os conhecimentos necessários aos bons cidadãos” (Shiroma et. al., 2000, p. 20).

A escola renovada queria integrar toda a população infantil, disseminando qualquer tipo de desvalorização dentro da educação, defendia uma educação igualitária para todos. Todas essas mudanças acabaram por ocasionar a estruturação do sistema educacional, onde se tornou obrigatória a frequência escolar e assim, finalmente, a educação se tornou uma questão nacional.

Dessa forma, tem-se a divisão do Ensino Secundário em dois momentos: o ensino fundamental compreendia o primeiro, se responsabilizava pela formação geral de todos os alunos e correspondia à cinco anos. O segundo momento constituía-se de uma introdução preparatória para o Ensino Superior com duração de dois anos, era a “fase complementar”.

Sabemos o quanto o modelo tradicional influenciou historicamente na forma de ensinar e aprender. Os métodos de ensino eram bem rígidos, os alunos não participavam ativamente das ações em sala de aula, o seu dever era apenas receber os conhecimentos transmitidos como verdades. O aluno era preparado para atender os interesses da sociedade da época, seguir uma profissão.

É possível identificarmos alguns avanços em relação as formas de ensinar, os alunos já participam mais ativamente do processo, questionam os conhecimentos a serem repassados, as aulas tornaram-se mais produtivas. Cabe ao professor inovar dentro do ambiente escolar, as pessoas mudam, a sociedade também e suas exigências passam a ser outras, nesse cenário temos vivido fortemente os impactos dos recursos tecnológicos. A relação professor e aluno tem sido mais dialógica e dinâmica, o que permite maior interação entre os sujeitos da aprendizagem. Sobre tais reflexões, Freire (2007, p. 86) defende que,

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela nos faz perguntar, conhecer, atuar, reconhecer (Freire, 2007, p. 86).

Os alunos precisam ter curiosidade sobre o que estão aprendendo, precisam sentir o prazer de conhecer o que está sendo apresentado, a sede de investigar, de ir além do que já sabe, e os professores, devem despertar esse olhar investigativo nos alunos. Mesmo que já temos avançado em vários aspectos, um questionamento a ser feito é: a educação nos dias atuais, mudou de fato?

A realidade é que ainda precisamos avançar muito na educação brasileira, o Estado não deu ainda um grande passo para trazer as melhorias para dentro das escolas, principalmente em questões de investimentos financeiros.

As questões educacionais relativas ao acesso, permanência e aprendizagem dos alunos tem estado muito associadas a profundas e persistentes desigualdades no sistema educacional que envolvem sujeitos socialmente minoritários do país, esses oriundos de nível socioeconômico, negros e residentes em localidades periféricas (Alves, 2020). Tais desigualdades educacionais são produzidas historicamente e é algo estrutural em nossos sistemas escolares e estão ligadas a uma série de outros fatores. Alves e Fonseca (2021) defendem que as variáveis que interferem nas trajetórias dos estudantes operam concomitantemente e tendem a produzir efeitos cumulativos negativos no curso de vida; e que trajetórias escolares irregulares, marcadas por altas taxas de reprovação, abandono, evasão escolar e desempenho abaixo do esperado.

Importante trazer aqui uma discussão sobre os conceitos de permanência e evasão, estes por sua vez, se diferenciam em termos de significados, suas implicações sobre a trajetória dos estudantes, suas concepções e políticas de enfrentamento. O Abandono escolar é quando um estudante deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. A evasão escolar, corresponde a situação em que o estudante, ou pela reprovação ou não, não confirma matrícula para a continuidade dos estudos no ano posterior Alves (2020).

Quando trazemos a discussão para a concepção de permanência escolar, a mesma está relacionada à possibilidade preventiva e propulsora dos direitos fundamentais de cidadania ligados à educação, ou seja, a da permanência qualificada no sistema escolar, a qual está associada a uma trajetória escolar regular (Soares et al., 2021). A permanência pode ser material

e simbólica: a material corresponde à ter condições estruturais e econômicas para estar na instituição e a simbólica, ter sensação de pertencimento, de familiaridade, de identificação, que se fazem também meios necessários para continuar na instituição (Santos, 2009).

As reflexões acima nos fazem perceber que o Brasil enfrenta problemas em relação a qualidade de ensino, o número de pessoas que não são alfabetizadas ainda cresce na nossa sociedade, sendo crianças, jovens e adultos. A falta de igualdade também tem sido um dos grandes problemas existentes dentro do meio educacional, o número de jovens que deixam de frequentar a sala de aula por conta de condições socioeconômicas, meninos e meninas as vezes se encontram no meio de uma grande decisão de suas vidas, estudar para garantir um futuro promissor ou deixar de lado seus estudos para sobreviver o seu presente, indo em busca de trabalho precocemente, para assim suprir suas necessidades e as de sua família.

Algumas das estratégias que precisam ser fortalecidas em relação à questão da permanência dos alunos na escola estão relacionadas ao desenvolvimento e/ou reformulação de políticas públicas no âmbito da gestão dos sistemas educacionais e as práticas das equipes das escolas, como ações internas de acolhimento de articulação com as famílias e com a rede de proteção.

O direito ao acesso e a permanência à Educação a partir da legislação brasileira

Conceber a educação como dever moral de aprimoramento social requer a compreensão de educação pelo Estado que, assim entendida, torna-se um mecanismo de direito social que reverbera como um dos elementos da providência de igualdade social.

Na Constituição de 1988, a Educação é contemplada como direito social fundamental (Art. 6º), público e subjetivo, sendo a educação básica considerada obrigatória; desse modo, é expressada como direito do cidadão e dever do Estado e da família. Contudo, ter esse direito garantido nem sempre implica a materialização de oportunidades de acesso à escola pública de qualidade, em especial quando nos voltados para a classe proletariado. De acordo com Miranda (apud Araújo & Cassini, 2017, p. 568):

A educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas; portanto, se há direito público subjetivo à Educação, o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de constituição ou de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda que excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo alunos (Miranda apud Araújo & Cassini, 2017, p. 568).

A fala do autor mostra que a lei por ela mesma não garante o direito subjetivo de educar, muitas vezes esse direito fica a mercê da disponibilidade dos recursos para seu cumprimento. Frente a isso é visível o contínuo descaso com a educação no Brasil. Corroboramos Araújo e Cassini (2017, p. 573) ao analisar que,

Se atentarmos para as questões que tornam controversa a educação concebida como serviço público subjetivo e bem público, as concepções de educação como bem público (que pressupõe proteção e garantia de direitos) desconsideram o risco que se corre do possível (e não desejável) retrocesso na história da luta em defesa da escola única. Por isso, urge a necessidade de estudos teóricos que estabeleçam interfaces com outras áreas do conhecimento, evitando a propagação de concepções que, ao invés de fortalecerem a Educação como direito público subjetivo, podem torná-la obtusa (Araújo e Cassini, 2017, p. 573).

O direito à educação só pode ser garantido se também for garantido escolas de qualidade para todos. Se a educação é direito subjetivo, urge ao Estado entregar a prestação educacional à sociedade. Sobre isso a Constituição de 1988 em seu artigo 206, inciso I, trata da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Dessa forma, a fim de garantir o direito fundamental à educação, o art. 205 da Constituição Federal 1988 estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Importante reiterar que em seu artigo 208, a CF/88 trata da obrigatoriedade da educação escolar, expressando que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 53, estabelece que a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]. O inciso I, assegura a esse direito a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1990).

Importante reforçar ainda, o movimento de expansão da idade para a educação escolar obrigatória a partir da Lei nº 11.114/2005, que alterou artigo da LDB (1996) e determinou o ingresso obrigatório de crianças de seis anos no primeiro ano do Ensino Fundamental; Lei nº 11.274/06, responsável pela implantação do ensino de nove anos e a Lei nº 12.796/2013, que

anticipou a obrigatoriedade de matrícula para os quatro anos de idade, também alterando o texto da LDB (1996) (Saviani, 2013).

Considerando esse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), considera que,

[...] o acesso ao Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos permite que todas as crianças brasileiras possam usufruir do direito à educação, beneficiando-se de um ambiente educativo mais voltado à alfabetização e ao letramento, à aquisição de conhecimentos de outras áreas e ao desenvolvimento de diversas formas de expressão, ambiente a que já estavam expostas as crianças dos segmentos de rendas média e alta e que pode aumentar a probabilidade de seu sucesso no processo de escolarização (BRASIL, 2013, p.109).

Compreendemos que são inúmeras as implicações quanto a promulgação da Lei nº 11.114/2005, uma delas corresponde ao número expressivo de crianças de seis anos, com acesso às escolas de Ensino Fundamental, sem que seja garantida as condições adequadas, estrutura física, formação docente, aumento de crianças por sala.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, em seu artigo 1º, a “Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e entre as manifestações” (BRASIL, 1996).

A educação não existe apenas dentro das escolas, dentro das salas, a educação ultrapassa os muros institucionais, ela deve atender o social, democratizá-la e garantir acesso e permanência com qualidade a todos. Faz-se necessário que toda criança que frequenta a escola possua também condições para permanecer, isso quer dizer que, o tempo que a criança estiver dentro da escola ela deve ter garantido o direito de aprender, ampliar seus conhecimentos para enfrentar os desafios postos pela sociedade atual.

É imprescindível que a escola se consolide como um instrumento de garantia da inclusão social, “o que se espera da escola é que seus planos sejam definidos por uma cidadania global, livre de preconceitos, a qual se dispõe a reconhecer e a valorizar, a incompletude, a singularidade dos seres, ideias essenciais para entender a inclusão” (Mantoan, 2003, p. 46).

Diante disso, urge fazer valer os direitos de todos os alunos, sem discriminações e diferenciações.

Educação e qualidade social

A discussão sobre qualidade da educação não é algo novo, não há consenso a respeito desse tema. A educação é o principal instrumento de transformação social, através dela, indivíduos são capazes de pensar criticamente sobre si e o contexto em que está inserido. Quando falamos de qualidade social, queremos dizer que é o processo da participação dos meios políticos e sociais, se refere aos valores e deveres de cada indivíduo dentro da sociedade.

Educação de qualidade social é aquela comprometida com a formação do estudante com vistas à emancipação humana e social; tem por objetivo a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia (Belloni, 2003, p. 232).

Educar para qualidade social é uma das principais responsabilidades da escola, isso implica possibilitar que os alunos se reconheçam como sujeitos de direito e com responsabilidade social. Como a qualidade social se caracteriza pela prática social e pela democracia, as escolas precisam ser democráticas também.

De acordo com Oliveira e Araújo (2003), de um ponto de vista histórico, na educação brasileira, três significados distintos de qualidade foram construídos e circularam simbólica e concretamente na sociedade:

[...] um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à ideia de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala.

Observamos que o primeiro significado está associado diretamente à ideia de que a qualidade estava dada pela possibilidade ou impossibilidade de acesso. Foram incorporadas parcelas da população que antes não tinham acesso à educação e cujas experiências culturais eram diferentes daqueles que antes constituíam o grupo de usuários da escola, ou seja, com o processo de expansão das oportunidades a escola incorporou as tensões, as contradições e as diferenças presentes na sociedade Oliveira e Araújo (2003). O segundo, corresponde sobre a transferência dos obstáculos à democratização do ensino do acesso para a permanência com sucesso no interior do sistema escolar, este tem relação com a tendência de regularização do fluxo no ensino fundamental que se voltava para uma queda expressiva na taxa de repetência.

O terceiro, se refere a qualidade a ser indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes, mediante testes padronizados em larga escala, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA).

Um ponto importante a considerar diz respeito a ideia de que a dimensão qualitativa, precisa considerar a diversidade de expectativas e demandas da sociedade em relação aos sistemas de ensino. Sobre isso, Sacristán (2001) destaca que as representações sociais em torno do valor da escolarização universal são múltiplas e diversas, o que vai conferir significados distintos para as representações sociais em torno da qualidade de ensino.

Outro aspecto relacionado à qualidade em educação corresponde a valorização do magistério, bem como a formação docente. É preciso que o poder público invista mais nessas dimensões.

[...] quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (Freire, 2009 p 23/24).

Torna-se relevante potencializar políticas públicas voltadas para a valorização do magistério, assim como para a formação inicial e continuada dos professores da rede pública. A valorização dos profissionais da educação é imprescindível, isso não implica apenas questões salariais, mas condições adequadas de trabalho. “Além do volume de investimentos, a transparência na gestão eficiente e eficaz, com controle social e avaliação, e uma política de integração e complementaridade entre as redes de ensino são instrumentos para a construção da educação de qualidade, relevante para a sociedade” (Belloni, 2003, p. 233).

A definição de qualidade na educação é algo bastante complexo, envolve outros contextos, envolve as características e a estrutura escolar; projetos que são desenvolvidos, a organização, as condições da gestão escolar, a participação da comunidade no ambiente escolar. De acordo com Matsuura (2004, p. 1), uma escola de qualidade ou uma boa escola é:

[...] aquela em que existe um clima favorável à aprendizagem, em que os professores e gestores são líderes animadores e em que a violência é substituída pela cultura da paz e pelo gosto de os alunos irem a uma instituição que atende às suas necessidades. Uma boa escola tem um currículo significativo: mantém um pé no seu ambiente e outro na sociedade em rede (Matsuura, 2004, p. 1).

A escola que possuí uma educação de qualidade se torna atraente dentro da comunidade, o interesse, as buscas por matrículas tendem a crescer pois vista do lado de fora, desperta interesses na sociedade. A forma que as metodologias, as diversidades que a escola possuí, desperta novas curiosidades em seus alunos, tornando assim as aulas mais participativas, mais envolvente.

Com todo esse aprendizado de qualidade os alunos passam a ter visão diferente de seu futuro, os pais encontram segurança ao deixar seus filhos, a escola se torna agradável, claro que não é a realidade de todas as escolas, pois olhando por esse outro lado, não é possível ainda, todas as escolas garantirem qualidade de ensino, porém, precisamos continuar acreditando é um aprendizado digno e igualitário para todos.

Investir na educação é trazer esperança para um futuro melhor, futuro cheio de realizações para crianças, jovens, adultos e idosos, que nossas escolas possam ter mais acesso aos meios tecnológicos, que as crianças possam ter qualidade na aprendizagem, que o desempenho escolar seja maior que o número de jovens que desistam dos seus estudos, que as práticas pedagógicas sejam mais significativas, inovadoras e igualitárias, deixando de lado qualquer tipo de desigualdade e preconceito.

Narrativas que falam de acesso, mas negam o direito à permanência educacional

Iniciamos esse momento apresentando as narrativas dos participantes sobre o direito à permanência educacional. Buscamos analisar as falas a partir dos seguintes questionamentos: *O que o levou a desistir dos estudos? Qual(is) o (os) maiores desafios encontrados no espaço escolar? Comente um pouco sobre sua trajetória escolar, suas vivências diárias, as escolas em que você estudou.*

Usaremos os seguintes códigos para identificar os participantes: P1, P2, P3, P4 e P5. A letra P, representa “participante” e os numerais, a sequência que serão apresentados.

P1, 45 anos, estudou até oitavo ano: “*Um dos motivos que levou a desistir dos estudos foi a questão financeira e minha maior dificuldade em sala de sala de aula foi de aprendizagem, pois a falta de atenção e até mesmo de acompanhamento não me permitiu aprender da forma como deveria. A questão financeira me fez desistir por conta que precisava cuidar de meus irmãos mais novos, pois, meus pais tinham que ir trabalhar, os meus pais não tinham como acompanhar meus estudos, cada um precisava se virar sozinho*”.

P2, 48 anos, estudou até 1º ano do ensino médio: “ Um dos motivos de ter deixado os estudos para trás foi que tive filhos muito nova, não encontrei nenhum tipo de problema dentro da sala de aula mesmo a escola não possuindo uma boa estrutura. Mesmo sem o acompanhamento adequado dentro da sala de aula encontrei poucos problemas que me impediram de estudar, o que de fato atrapalhou foi a questão de ter filhos muito cedo, e isso fez com que eu parasse os estudos. Meus pais também não acompanhavam de perto os meus estudos, a questão financeira não contribuiu muito, pois as vezes não tinha dinheiro para comprar os materiais da escola. Apesar de todo esse processo vivido, não me arrependo de ter parados os estudos, gostava de frequentar a escola, mas como já dito, tive filhos muito cedo e minha vida financeira não era das boas, e o que restou foi ter que dar uma pausa nos estudos ”.

P3, 50 anos, estudou até nono ano: “ O motivo que me fez desistir dos esudos foi a questão do trabalho, com isso veio a falta de tempo para frequentar a escola, tive que trabalhar para assim poder ajudar meus pais dentro de casa. A instituição que eu era aluno assim como algumas possuía ótima estrutura, não era muito longe de onde morava, professores qualificados, mas a maior dificuldade mesmo encontrada foi a falta de organização, pois, precisava trabalhar e ao mesmo tempo estudar. Sem acompanhamento dos meus pais tornou-se também um pouco difícil, pois não possuía tempo para acompanhar de perto. A questão financeira foi o verdadeiro motivo de largar os estudos, tinha também a questão da sala de aula que era uma bagunça da parte dos alunos, bate um arrependimento nos dias atuais por não ter concluído meus estudos, hoje em dia eu poderia ter uma vida melhor ”.

P4, 35 anos, estudou até o segundo ano do ensino médio: “ Minha relação dentro do ambiente escolar não foram uma das melhores, tive que desistir dos meus estudos por conta que me relacionei muito cedo com alguém, me casei e tive filhos muito cedo, mesmo a escola possuindo boa estrutura, ótimos professores, não consegui levar adiante com meus estudos, pois precisava trabalhar, cuidar da casa e dos meus filhos. Meus pais não tinham muito tempo para acompanhar meus desempenhos dentro da escola, tornando assim mais difícil ainda. Os tempos de escola foram excelentes, mas com tantos problemas acabou que tive que parar no meio do tempo, deixando de lado o principal, que era meus estudos, e atualmente o arrependimento toma de conta porque poderia ter sido diferente ”.

P5, 38 anos, estudou até o segundo ano do ensino médio: “ O principal motivo de desistir dos meus estudos foi porque tive filho muito cedo, algo bastante comum em acontecer, e aconteceu que acabei deixando os estudos de lado para criar os filhos, sempre estudei em escola pública, portanto, a questão financeira não foi o motivo de parar os estudos. Os

professores acompanhavam de perto os alunos, a escola possuía uma boa estrutura, a escola era próxima de casa, o arrependimento hoje é de não poder ter concluído os estudos. Meus pais não tinham muito tempo para acompanhar de perto o meu desempenho na escola, não me recordo bem todo esse processo vivido, pois já faz bastante tempo, hoje em dia só resta lembranças do pouco que vivi dentro do ambiente escolar. Outra dificuldade era o local onde eu morava, por ser distante nem todos dias eu podia ir para a escola, mas o motivo principal foi a questão que tive filho muito cedo e isso foi o motivo principal para desistir de seus estudos, hoje nos dias atuais me arrependo bastante de ter parado meus estudos no meio do percurso, creio que se isso não tivesse acontecido poderia estar vivendo uma vida melhor, poderia ter realizados todos sonhos que um dia sonhei". Poderia estar resolvendo.

Ao analisarmos as narrativas referentes ao **motivo que levou os participantes a desistirem dos estudos**, importante evidenciar que a maioria indica os fatores socioeconômicos como os predominantes: “*um dos motivos que levou a desistir dos estudos foi a questão financeira*”; “*a questão financeira não contribuiu muito, pois as vezes não tinha dinheiro para comprar os materiais da escola*”; “*a questão financeira foi o verdadeiro motivo de largar os estudos*”.

Concordamos com Queiroz (2008) ao discutir que o direito à permanência nos estudos está diretamente relacionado a condições sociais e econômicas a que o aluno está submetido. Existe um ciclo de reprodução de vulnerabilidade no próprio histórico das famílias, principalmente das que se encontram em baixas condições econômicas ou em casos de gravidez na adolescência [...].

Outra questão a ser discutida sobre os motivos da desistência diz respeito a necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família. “*Tive que trabalhar para poder ajudar meus pais dentro de casa*”; “*o motivo que me fez desistir dos estudos foi a questão do trabalho, com isso veio a falta de tempo para frequentar a escola*”. A luta pela sobrevivência na sociedade capitalista nega aos menos favorecidos o acesso a muitos direitos, a educação não foge à regra. Uma discussão sobre essa questão é trazida por Kuenzer (2011) ao enfatizar que a perda de significado da escola para muitos jovens, para o estudante trabalhador, contribui com a evasão no ensino médio: ele se frustra com a ausência de um projeto pedagógico que atenda a seus anseios e necessidades, seja no período noturno, seja no diurno.

Destacamos ainda, dentro desse debate da desistência, a gravidez na juventude, o cuidado com a casa e a família. “*Me casei e tive filhos muito cedo*”; “*acabei deixando os estudos de lado para criar os filhos*”. Frente a essa realidade, Morais (2014) reflete que pelo enfoque da

reprodução social propriamente dita, condena-se a gravidez nessa fase por dificultar a formação escolar da jovem mãe, que na maioria das vezes acaba por abandonar ou interromper os estudos, principalmente se pertence a uma família de baixo poder aquisitivo. Com a interrupção da escolaridade, são poucas (ou quase nulas) as chances de a adolescente conseguir um emprego que lhe permita arcar com a responsabilidade pela criação da criança. Aqui, temos uma realidade muito comum a muitas jovens mães, que muito cedo engravidam e precisam assumir responsabilidades domésticas, familiares, sendo elas desprovidas de condições que lhes assegurem a permanência nos estudos, poucas são as possibilidades, dessas, a mais acessível, muitas vezes e o abandono escolar.

Outra questão relevante para a nossa análise, diz respeito **aos maiores desafios encontrados pelos participantes no espaço escolar**.

Identificamos nas falas questões como: a responsabilização do cuidado com os irmãos mais novos; dificuldades com algumas aprendizagens, falta de apoio da família na vida escolar dos filhos. “*Precisava cuidar de meus irmãos mais novos, pois, meus pais tinha que ir trabalhar*”; *meus pais também não acompanhavam de perto os meus estudos*; “*Meus pais não tinham muito tempo para acompanhar meus desempenhos dentro da escola, tornando assim mais difícil ainda*”; “*minha maior dificuldade em sala de aula foi de aprendizagem*”.

Temos aqui, um grupo de situações que estão relacionadas diretamente ao sucesso ou insucesso escolar dos alunos. Há casos de crianças que não conseguem frequentar a escola porque precisam cuidar de seus irmãos mais novos, a realidade é muitas vezes, criança cuidando de criança. Ferreira (2011, p. 285) chama atenção que,

Na sociedade de hoje, infelizmente, a educação está sendo abandonada, como decorrência da falta de preparo dos pais, pela pressão econômica e de sobrevivência, que mantém os pais longe dos filhos e principalmente, pela exemplificação inadequada de hábitos, comportamentos e atitudes (Ferreira, 2011, p. 285).

A relação construída no espaço familiar, no contexto da sociedade contemporânea, em especial, entre pais e filhos, tem sido cada vez mais marcada por distanciamentos, pressões econômicas e de sobrevivência, a família tem se ausentado cada vez mais dos processos de aprendizagem dos seus filhos, transferindo essa responsabilidade exclusivamente para a escola.

[...] a escola parece ter recebido como função,posta por uma sociedade capitalista, a qual apresenta na sua estrutura, uma ideologia de desigualdade: a de reclassificar os alunos de diferentes classes sociais,

tendo como critério suas motivações e potencialidades inatas. Essa função não é explicitada, porém ao discutir o fenômeno do fracasso escolar, uma das primeiras explicações que surge, está relacionada à origem social do educando (Batista, Souza, & Oliveira, 2009, p. 3).

Entendemos a partir dos autores, que inúmeros são motivos para o aluno abandonar a escola, desde os externos - convívio familiar, as desigualdades sociais, o trabalho, as drogas, a violência; até os internos à escola - professores desqualificados, metodologias descontextualizadas, relação professor e aluno, afetividade no processo de ensino e aprendizagem, práticas avaliativas, dentre outros.

Por fim, no que concerne à trajetória escolar dos participantes, suas vivências diárias, as escolas em que estudou, foi possível destacar: “*não encontrei nenhum tipo de problema dentro da sala de aula mesmo a escola não possuindo uma boa estrutura*”; “*a escola que eu frequentava possuía ótima estrutura, não era muito longe de onde morava, professores qualificados*”; “*professores acompanhavam de perto os alunos*”.

Frente a esse contexto, a escola é uma práxis docente que encarne o pressuposto existencial básico da escola, que deve ser o de buscar o êxito escolar de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem, incorporando crianças, adolescentes e jovens de distintas tradições familiares, identidades e comunidades, colocando em prática um currículo que, ao mesmo tempo em que contempla as diferenças – étnicas, sociais, culturais –, permite a congruência entre o universal e o particular (Libâneo, 2020).

Libâneo nos permite refletir que se torna necessário pensar o educando e o educador a partir da realidade que está inserido, das suas relações sociais, nas suas reais necessidades de aprender. O espaço escolar precisa fomentar a liberdade de expressão, o debate, a compreensão crítica e reflexiva da realidade, para assim, dar condições ao aluno de construir sua própria história e contribuir com a transformação social.

Considerações finais

Com base em cada resultado obtido dentro da pesquisa, tornou-se evidente que o problema que predominou bastante e predomina até nos dias atuais, são as questões financeiras, onde o sujeito se encontra na responsabilidade de arcar com deveres em relação a questão familiar.

O objetivo desse estudo buscou compreender como a política de acesso pode contribuir para a permanência com qualidade dos estudantes da educação básica.

No percorrer de toda a pesquisa nota-se em cada fala dos sujeitos a mesma dificuldade, o mesmo problema encontrado dentro do ambiente escolar, percebe-se que a falta de qualidade, de tempo, foram os principais motivos para a desistência dos estudos, as realidades dos sujeitos eram iguais.

As narrativas trouxeram um choque de realidade, mostraram que a educação precisa de melhorias, pois, continuando com todos esses problemas o número de frequência dentro da sala de aula irá diminuir, deixando crianças, jovens e adultos sem aprendizagem e sem uma formação contínua.

Trazendo para uma discussão nos dias atuais, assuntos como investimentos, qualidade de ensino, permanência escolar, são pontos que precisam ser melhorados, são problemas não solucionados, são causas não resolvidas, faz-se necessárias políticas públicas de acesso e permanência efetivas.

Para uma educação de qualidade, inovadora é preciso ter forças unidas, é preciso toda a sociedade ir em busca de mudanças, de melhorias, correndo atrás de seus direitos é preciso cobrança por parte da sociedade para o estado, pois é uma responsabilidade de autoridades maiores, a busca por direito e deveres nunca deve parar pois, só passa a ter mudanças se toda a comunidade, se todo indivíduo ir em busca do que é seu por direito.

Ficou notório entre os participantes que os mesmos ficam divididos entre escolher trabalhar e estudar e cuidar de filhos, esse que chegaram muito cedo em suas vidas. Também não podemos deixar passar o fato de que mesmo as instituições tendo toda uma estrutura, professores de qualidade, os fatores principais de parar os estudos foi a questão de outras necessidades fora do ambiente escolar, como o fato de ter que trabalhar para suprir necessidades de casa, ajudar os pais com a parte financeira e cuidar de filhos porque vieram muito cedo. São situações e que até hoje vivenciamos na sociedade onde adolescentes deixam de estudar para ajudar em casa, tendo que trabalhar ao invés de estarem dentro de uma sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 110, p. 189-214, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Kgn3rk4gnpRT3XhNCDMLTsF/>?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 de agosto de 2024.

ARAÚJO Gilda Cardoso; CASSINI, Simone Alves. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, v. 98, nº 250, p. 561-579, set./dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, D.F., 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 de julho de 2024. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília; MEC, SEB, DICEI, 2013

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (Org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F.M. Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. 2. ed. rev. Tradução **Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.

CARMO, Gerson Tavares do; CARMO, Cíntia Tavares do. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v.

22, n. 63, 2014. **Dossiê Educação de Jovens e Adultos II**. Editoras convidadas:

Sandra Regina Sales & Jane Paiva.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n63.2014>.
Acesso em: 10 jul. 2024

CRETELLA Jr., José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. v. 2., 2^a ed. (1991) e v. 8, 2^a ed. (1993). Rio de Janeiro: Forense

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; Mioto, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Katál, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

MATSUURA, Koichiro. **Qualidade da educação:** desafio do século 21. Notícias Unesco, Brasília, n. 25, set./dez. 2004.

MORAIS, Angela de Fatima Assis. **Abordagem sobre gravidez na adolescência e os impactos na vida das adolescentes e suas famílias.** Governador Valadares- MG: 2014, p. 18.

NEVES, E. P. Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática. 2020. 153f. **Dissertação (Mestrado em Educação) -** Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020.

RANIERE, Nina Beatriz Stocco. **Teoria do Estado:** do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. 2^a ed. Barueri, Banole, 1998.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar:** para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: <http://189.1.169.50/reunoes/25/lucileidedomingosqueiroz>. Acesso em: 29 agosto de 2024.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas.** V. 1 a 3. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

SANTOS, D. B. R. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ações afirmativas. 214 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **A educação obrigatória:** seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SAVIANI, Demerval. **A educação na Constituição Federal de 1988:** avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. RBPAE, v. 29, n. 2, p. 207221, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/43520/27390>. Acesso em: 25 agosto de 2024.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

APÊNDICE 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que levou você a desistir dos estudos?

2. Qual foi a maior dificuldade encontrada dentro da escola?

3. Fale um pouco de sua trajetória dentro do ambiente escolar, como era o dia-a-dia dentro da sala de aula, conte um pouco como era escola/faculdade que você estudava.